

UNIVERSIDADE PÚBLICA: O SENTIDO DA NOSSA LUTA*

Ivo Tonet*

Introdução

Para melhor orientar e sustentar a nossa luta, é importante compreender as dimensões mais gerais em que ela se situa. A convicção, gerada pela compreensão de que o sentido desta luta não se esgota nos interesses imediatos de uma categoria (salários, condições de trabalho, verbas, etc.), mas faz parte de um embate social mais amplo, é um poderoso estímulo tanto para sustentá-la com firmeza, como para orientar, com lucidez, a tomada das decisões que forem necessárias.

I - Os fatos imediatos

Nossas considerações, neste momento, estarão mais voltadas para o setor público, especialmente para a educação e, mais ainda, para o ensino superior.

O que está em curso, nos dias de hoje, no mundo todo e, em especial, no Brasil, no bojo das transformações por que passa a sociedade atual, é uma reconfiguração das relações entre o setor público e o setor privado. Sem entrar no mérito da questão e ainda sem buscar as causas desta reconfiguração, quais são os fatos mais significativos? Podemos dizer que a tônica mais geral deste processo é a privatização. Lembrando sempre que privatização não é, em essência, uma questão técnica, administrativa ou de simples política econômica, mas uma expressão da luta de classes. Ou seja, é o modo como a classe burguesa procura fazer pender a seu favor a apropriação da riqueza socialmente produzida. Esta apropriação privada da riqueza produzida pelos trabalhadores é da própria essência do sistema capitalista, mas a luta em torno dela se intensifica de modo extraordinário em momentos de crise, como é o caso no momento presente.

Como se manifesta esta privatização? Em primeiro lugar, pelo grande aumento – quantitativo – do setor privado na educação superior. Os dados, aqui, são dispensáveis de tão óbvios. Em segundo lugar, pela intensificação do caráter mercantil da educação. Quanto ao setor

· Esse texto foi escrito por ocasião da greve de 2001, nas universidades federais. Parece-nos, contudo, que permanece inteiramente atual e, quanto às questões mais gerais, não só em relação à universidade, mas também a outros setores do serviço público. Foram feitas algumas pequenas alterações para adaptá-lo ao momento presente.

* Prof. do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas.

privado, não é preciso comentar. Quanto ao setor público, isto se expressa sob a forma da diminuição dos recursos destinados à universidade, do que resulta um sucateamento geral; pela introdução progressiva de cursos pagos; pela crescente parceria entre universidades e empresas privadas, submetendo a estas a direção da produção do conhecimento; pela instituição de formas de salário baseadas em gratificações, o que o torna precário e instável; pela introdução da GED, um claro instrumento da lógica empresarial, incompatível com a autonomia da universidade pública; pela “flexibilização” das relações de trabalho, através da alteração do RJU, maior garantia de autonomia, substituindo-o pelo regime de “emprego público”, muito mais próximo das leis que regem o setor privado; pela diminuição do quadro de professores e funcionários e aumento da carga de trabalho; pela introdução da perversa forma do “professor substituto”, precária, mal remunerada e sobrecarregada de trabalho; e, enfim, pelo aviltamento salarial, com o claro objetivo de rebaixar o nível do ensino público superior.

Tudo isto tem como conseqüência o rebaixamento geral do sistema universitário público e a imposição da lógica empresarial à educação pública. Ao par disto, é intenção do governo garantir alguns estabelecimentos chamados de “Centros de Excelência”, onde seria produzida a ciência, reservando aos restantes apenas o papel de transmissores do conhecimento.

Uma observação final. De forma diversa e com as especificidades próprias, aquilo que dissemos a respeito da educação pública de 3º grau também se refere a todos os outros setores do serviço público.

II – O que explica isso?

1. A crise do capital

Indignadas com estes e outros inúmeros fatos semelhantes, muitas pessoas se perguntam: A que se deve uma tal política de reconfiguração e sucateamento da universidade pública, ainda mais levada a efeito por pessoas oriundas da própria universidade? Será devido à falta de recursos financeiros? Ou à má gestão dos recursos existentes? Ou ainda à insensibilidade ou má vontade dos governantes? Ou talvez simplesmente à necessidade de adaptar a universidade aos tempos modernos? Ou até à necessidade de atender prioritariamente a educação dos níveis mais básicos?

Sem embargo de que existam alguns destes elementos, eles não constituem, de modo algum, a explicação mais profunda. Esta deve ser procurada na crise que atingiu o sistema capitalista, em nível mundial, por volta dos anos 70. É na dinâmica do capital em crise, no modo como o capital enfrenta esta crise e na luta social que daí resulta, que vamos encontrar a resposta mais profunda a estas indagações.

É óbvio que, dada a limitação deste texto, não poderemos mais do que apontar as linhas gerais e essenciais desta problemática.

Tomemos como referência o período de 1945 a 1970. Neste período temos aquilo que se convencionou chamar, em sentido amplo, de “Estado de Bem-Estar Social”. Surgido já como resposta à crise de 1929, este baseava-se numa intensa intervenção estatal na economia, até de modo direto, numa forma de produção em massa e no “pleno emprego”. Estes e outros elementos tiveram como conseqüência o aumento da produção da riqueza e também um acesso maior da classe trabalhadora (em sentido amplo) a esta riqueza, tanto sob a forma de salários diretos como sob a forma de serviços públicos de melhor qualidade e de ampliação dos benefícios e direitos sociais. É certo que isto se deu principalmente nos países mais desenvolvidos, até porque há uma íntima relação entre o enriquecimento destes e o empobrecimento dos outros países, mas, de qualquer forma, também teve rebatimento nestes últimos.

No Brasil, esta é a época do chamado desenvolvimentismo, ou seja, de uma política que pretendia, baseada no desenvolvimento de setores estratégicos (metalurgia, eletricidade, comunicações, transportes, etc.), mas em associação com o capital estrangeiro, transformar o Brasil em um país desenvolvido. A intensificação das lutas populares, que punham em risco os interesses da burguesia, levou esta última a dar o golpe de 1964.

Período de 1970 aos nossos dias. Levado por causas diversas, mas especialmente pela saturação das demandas provocadas pela forma de produção em massa, pela conseqüente diminuição dos lucros das empresas e pelo acirramento das lutas sociais, o Estado de Bem-Estar Social entra em crise. Intensifica-se a luta pela repartição da riqueza que se tornou mais escassa. A resposta do capital a esta crise é o que se passou a chamar de globalização.

Como se vê, a globalização não é uma mera questão de política econômica, técnica ou científica. Também não é um simples enfrentamento de problemas que afetariam de modo igual toda a humanidade. Ela é, antes de mais nada, na sua forma concreta, o resultado da luta de classes, a resposta do capital à diminuição dos seus lucros. Trata-se, essencialmente, de uma reconfiguração do sistema produtivo e, junto com isso, de uma redivisão das zonas mundiais de

influência e de mudanças em todas as outras dimensões sociais, de modo a defender os interesses do capital e não de toda a humanidade.

O que caracteriza esta situação? Em primeiro lugar, temos uma extraordinária intensificação do desenvolvimento científico e tecnológico, com a conseqüente incorporação cada vez maior destas conquistas à produção econômica. Por sua vez, esta incorporação tem como resultado a diminuição do número de trabalhadores necessários.

Deste modo, todo o sistema produtivo sofre profundas alterações. Do lado das empresas, a intensa incorporação da ciência e da tecnologia à produção tem como resultado reestruturações internas, diminuição do quadro de pessoal, implantação da chamada “qualidade total”, introdução de novas sistemáticas de trabalho. Além disto, também aumenta a competição entre as empresas, tanto em nível nacional como internacional. Do lado do trabalho, temos o desemprego crescente, a diminuição do valor da força de trabalho e a exigência da chamada “requalificação” dos trabalhadores, com o fim de adaptar os que ainda são necessários à nova forma de produção.

O acirramento da competição entre as empresas faz com que o capital exija condições para uma mobilidade maior, à procura do melhor lugar para obter os seus lucros. É daí que nasce a chamada desregulamentação da economia e a demanda pela intensificação da privatização, permitindo às empresas privadas o acesso a setores que antes eram de domínio do setor público.

A desregulamentação da economia, por sua vez, caracteriza-se pela exigência de retirar do Estado e transferir para o mercado a condução direta do processo social; pela flexibilização das leis e normas que regem o movimento dos capitais; pela abertura (mas, apenas dos países periféricos, não dos centrais) das economias aos capitais estrangeiros; por inúmeras mudanças nas leis trabalhistas, para facilitar os interesses do capital; pela reforma do Estado, não para torná-lo simplesmente mais eficiente, mas para que seja mais adequado à reprodução dos interesses da burguesia; e, finalmente, face aos graves problemas sociais que tudo isto acarreta, pelas chamadas políticas compensatórias.

Do ponto de vista político, assistimos neste período ao desmoronamento do chamado “socialismo real”, que, de fato, nada tinha a ver com socialismo; à formação dos blocos regionais; à redivisão das áreas de domínio no mundo e à instauração da hegemonia única e integral do império americano.

No Brasil, de 1964 a 1988, mais ou menos, temos o período da ditadura militar, no qual a burguesia busca dar continuidade ao projeto de nacionalismo associado ao capital internacional,

especialmente norte-americano. Por uma série de causas, que não é possível abordar aqui, este projeto fracassou. Durante alguns anos a burguesia ficou sem um projeto e uma liderança unificadora. Este projeto e esta liderança unificadora começaram a ser gestados com Fernando Collor e plenamente explicitados pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. As dificuldades de implementação que este projeto encontrou foram e estão sendo contornadas pelo capital, com uma esperteza que já demonstrara há anos na Europa, utilizando partidos que se proclamavam de esquerda, mas, que, na verdade, e contrariando as expectativas de milhões de pessoas, estão aprofundando as mesmas políticas. A tônica deste projeto era e continua a ser uma inserção inteiramente subordinada do Brasil no processo de globalização. Daí porque as verdadeiras autoridades são o FMI, o Banco Mundial e outras instituições internacionais, sob clara hegemonia dos interesses norte-americanos.

A eleição de Lula, em 2002, acendeu em milhões de pessoas das classes subalternas a esperança de que houvesse profundas mudanças nessa situação. Mudanças que colocassem o país em um caminho que priorizasse os interesses da maioria da população e não, como sempre, da minoria.

Infelizmente, nada disso se verificou. Aliás, a própria trajetória do PT, as alianças para a campanha, a “Carta aos Brasileiros” e, depois, a composição do ministério, deixavam claro que a política econômica, que é a viga mestra de todo o sistema social, continuaria e aprofundaria o caminho seguido pelo governo anterior. As reformas executadas e as em curso (previdenciária, educacional, trabalhista, sindical, “agrária”, etc.) mostram claramente essa continuidade. A pretexto de não afugentar os investidores e criar as condições para o desenvolvimento, o que se vê é, de um lado, a criação de condições para que o capital (nacional e internacional) tenha lucros fabulosos e, de outro, a distribuição de migalhas para a população mais sofrida.

No âmbito do ensino superior essa continuidade é muito clara. E, como mostra muito bem Kátia Lima, em sua tese de doutorado (UFF), não se trata apenas de continuidade com o governo de FHC, mas de uma política que vem desde os tempos da ditadura. A privatização, ou seja, uma política de destruição do ensino público e de privilegiamento dos interesses particulares, através de um sem número de medidas (favorecimentos e concessões ao capital privado, restrições ao investimento nas universidades públicas, mercantilização do ensino e da pesquisa e tantas outras) é em tudo coerente com as diretrizes dos órgãos do capital internacional para a educação (leia-se Banco Mundial, Unesco, etc).

Em síntese, o que está em jogo não é a preocupação com um tipo de desenvolvimento que beneficie toda a humanidade. A lógica do capital simplesmente não permite isto. O que está em jogo é apenas a reprodução dos interesses da burguesia, ameaçados pela crise. E estes interesses devem ser defendidos com todas as armas – econômicas, políticas, ideológicas, culturais – inclusive com a violência mais aberta e brutal, mas, claro, sempre sob a capa da defesa dos interesses de toda a humanidade. Se, com isto, milhões de pessoas forem reduzidos à pobreza, à miséria, à degradação da vida e até à morte, tanto pior para eles, porque se tornaram inúteis. O importante é que os interesses do capital estejam a salvo.

2. Conseqüências gerais

Inúmeras e enormes são as conseqüências deste processo em curso.

Em primeiro lugar, uma intensificação sem precedentes do poder **do econômico** sobre todas as outras dimensões sociais. O que significa que tudo deve estar submetido, o mais direta e imediatamente possível, à lógica da produção mercantil. (Pense-se no que isto significa para o âmbito da política, do direito, da ciência, das artes, da imprensa, etc.). No âmbito da **educação**, em especial, isto significa que não há mais lugar para a produção de um tipo de saber (filosófico e científico) voltado para interesses mais gerais e não diretamente mercantis; para uma formação de personalidades humanamente mais amplas, críticas e multifacetadas.

Em segundo lugar, um extraordinário e crescente aumento das desigualdades sociais. A concentração de renda em poucas mãos nunca atingiu proporções tão grandes e aberrantes. Apesar da intensa produção de riqueza, o fosso entre uma minoria de ricos e uma imensa maioria de pobres aumenta cada vez mais.

Em terceiro lugar, um enorme agravamento dos problemas sociais de toda ordem. Desemprego, precarização do trabalho e da vida, miséria, pobreza, fome, violência, drogas, doenças, marginalização e exclusão social, degradação da natureza, etc.

Em quarto lugar, ao nível das relações sociais:

- exacerbação do individualismo, levando as pessoas a perder o sentido da coletividade e a preocupar-se apenas com os seus problemas particulares e imediatos;
- sensação de isolamento e de impotência face ao movimento avassalador de uma estrutura, que parece impossível de ser enfrentado e modificado;

- desmobilização social, especialmente quanto à participação nas lutas sociais, levando ao conformismo e à busca de alternativas restritas apenas aos seus interesses particulares imediatos;
- perda de um sentido maior de vida, reduzindo-a a um cotidiano cinzento e limitado;
- busca de soluções esotéricas para os problemas, por falta de compreensão da lógica responsável pela sua produção e de soluções que tenham como base a própria atividade humana.
- Em quinto lugar, um enorme desenvolvimento científico e tecnológico. Não há como negar os grandes avanços realizados em inúmeras áreas relativas à natureza. Contudo, também não há como negar que estes avanços não tem se refletido na melhoria da vida de todas as pessoas, mas apenas das que fazem parte das classes dominantes.

3. Tendências atuais

Parece-nos que são duas as tendências atuais. A primeira, de longe a mais forte, é a continuidade e o aprofundamento da política neoliberal. Em resumo, esta significa a redução de todas as dimensões sociais, direta e imediatamente, à lógica mercantil, sendo descartado tudo o que não puder se enquadrar nela, sejam pessoas ou instituições.

A segunda, é a resistência a esta lógica perversa. Esta resistência, ainda que de modo incipiente e complexo, tem se manifestado de várias formas, no âmbito internacional. Mas, também se manifesta nas lutas sociais, econômicas e não econômicas, que se desenvolvem no interior de cada país. Infelizmente, essa resistência ainda é marcada por um forte caráter reformista. Vale dizer, a tendência principal, no interior dela, ainda é de buscar um caminho que signifique a humanização do capitalismo, a melhoria desta forma de sociabilidade, sem perceber que o capital, por sua própria natureza e lógica, é desumano e tende a intensificar, cada vez mais, os seus aspectos mais perversos.

É no interior destas lutas de resistência que se situa a nossa greve. É no interior do embate maior entre os interesses do capital em crise, que brutaliza cada vez mais a vida da humanidade, e os interesses do trabalho emancipado, única perspectiva capaz de abrir novos e superiores horizontes para toda a humanidade, que a nossa luta ganha todo o seu sentido.

Com tudo isto, fica claro que não se trata nem de falta de recursos nem de qualquer outro motivo pontual. Trata-se de uma clara política de destruição da universidade pública e gratuita, pois isto, para o capital, é uma necessidade absoluta para a defesa dos seus interesses.

Por isso mesmo, lutar por uma universidade pública e gratuita, pela sua ampliação, pela sua melhoria e pelo acesso cada vez mais amplo da população a ela é lutar pelos interesses daqueles que realmente produzem a riqueza (os trabalhadores), mas não têm acesso a ela, é lutar por uma vida efetivamente digna para a imensa maioria da população brasileira.

Este, certamente, será um caminho longo e difícil. É o que mostram claramente os últimos acontecimentos, tanto internacionais como nacionais. Porém, ao nosso ver, levar adiante a luta, conferindo a ela um caráter cada vez mais claramente anti-capitalista, é a única alternativa para aqueles que pretendem contribuir para a construção de uma forma de sociabilidade autenticamente humana.

-